

## **A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UM ESTUDO EM UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

*EDUCATION IN THE PENITENTIARY SYSTEM: A STUDY IN PRISON UNITS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL*

**Martha Giudice Narvaz<sup>1</sup>, Alessandra Cilene Abramowicz Machado<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Porto Alegre, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-8430-9483>  
[martha-narvaz@uergs.edu.br](mailto:martha-narvaz@uergs.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Porto Alegre, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0006-8978-8253>  
[alekesto@hotmail.com](mailto:alekesto@hotmail.com)

*Recebido em 10 fev. 2024*

*Aceito em 04 abr. 2024*

**Resumo:** A presente pesquisa teve por objetivo investigar a situação da oferta da educação prisional em unidades penitenciárias do Estado do RS. De abordagem qualitativa, descritivo-exploratória, a pesquisa foi organizada na forma de estudo de caso, utilizando-se o questionário como instrumento de coleta de dados. Participaram do estudo seis agentes penitenciários que integram três unidades prisionais do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apontaram para a oferta de educação nas unidades participantes da pesquisa nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se a importância da educação no sistema prisional para a qualificação profissional das pessoas privadas de liberdade, o que pode incidir em melhores condições de trabalho e renda, contribuindo para a ressocialização. Os desafios dizem respeito à falta de investimentos em recursos materiais e humanos para a efetiva implementação da educação prisional no sistema penitenciário. O estudo, contudo, tem limitações, recomendando-se a realização de pesquisas mais abrangentes, envolvendo outras unidades prisionais e maior número e diversidade de participantes, tais como educadores, gestores e apenados, o que permitirá ampliar a compreensão da situação da educação nos sistemas prisionais do Estado e, assim, instrumentalizar políticas públicas na direção da cidadania das pessoas privadas de liberdade.

**Palavras-chave:** Educação prisional. Pessoas privadas de liberdade. Unidades prisionais. Ressocialização.

**Abstract:** This research aimed to investigate the situation of prison education provision in penitentiary units in the State of RS. Of a qualitative, descriptive-exploratory approach, the research was organized in the form of a case study, using the questionnaire as a data collection instrument. Six penitentiary agents who are part of three prison units in the state of Rio Grande do Sul participated in the study. The results pointed to the offer of education in the units participating in the research in the Elementary and High School stages in the Youth and Adult Education modality. It emphasizes the importance of education in the prison system for the professional qualification of people deprived of liberty, which can affect better working conditions and income, contributing to resocialization. The challenges relate to the lack of investment in material and human resources for the effective implementation of prison education in the penitentiary system. The study, however, has limitations, recommending the carrying out of more comprehensive research, involving other prison units and a greater number and diversity of participants, such as educators, managers and inmates, which will allow broadening the understanding of the situation of education in the systems prisons of the State and, thus, instrumentalize public policies towards the citizenship of people deprived of liberty.

**Keywords:** Prison education. Persons deprived of liberty. Penitentiary units. Resocialization.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais violentos do planeta, que responde por cerca de 10% do total de homicídios no mundo (Cerqueira, 2016). Possui a terceira maior população carcerária mundial, ficando atrás apenas de Estados Unidos e China. Em 2020, segundo dados do Infopen, sistema de informações estatísticas do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), o país computava 773.151 presos, muitos deles sem condenação: são 268.438 presos provisórios, 34,7% da população carcerária nacional. O número de pessoas presas excede em 38,4% o total de vagas disponíveis no sistema penitenciário: são 461.026 vagas para 758.676 detentos; outras 14.475 estão detidas em delegacias de polícia e outros sistemas prisionais. A maioria dos presos no Brasil é de jovens, negros e com baixa escolaridade (Brasil (...), 2020).

O Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), ferramenta do Ministério da Justiça, tem por finalidade coletar informações padronizadas para um eficaz mapeamento do sistema penitenciário no país. Dados do SISDEPEN (Brasil, 2022a) contabilizaram no Brasil, em dezembro de 2022, uma população carcerária 832.295 presos, sendo que 328.244 deles (39,4%) cumprem pena em regime fechado. No Rio Grande do Sul (RS), o total da população prisional é de 33.264, havendo 105 estabelecimentos prisionais, com 26.302 vagas; 15.966 (47, 9%) cumprem pena em regime fechado. A maioria das vagas é ocupada por homens (96%), com idades entre 25 e 45 anos (70%), brancos (65,38%), solteiros (58%), com ensino fundamental incompleto (58,28%). Os crimes cometidos são, em sua maioria, roubos (63%), crimes contra o patrimônio (41,93%) e relacionados a drogas (27,73%). Da população carcerária total (33.264), apenas 11.203 (33,68%) realizam atividades laborais, predominantemente dentro da prisão (86%), enquanto 17.091 (51%) desenvolvem alguma atividade educacional: 37% realizam atividades não escolares, embora somente 14% estejam matriculados em atividades escolares. No Brasil, a taxa de pessoas matriculadas na educação escolar é de apenas 16% (Brasil, 2022a).

A população prisional possui inúmeros direitos garantidos pelas legislações que regulamentam o sistema carcerário brasileiro, dentre eles, o direito à vida, à

alimentação, à integridade física e moral, proteção contra tortura e assistência são alguns dos direitos previstos a este público que, aliados à oferta de educação, voltam-se à promoção de condições de ressocialização e reeducação dos apenados (Brasil, 1988). Todavia, a educação para pessoas privadas de liberdade, dentro das unidades prisionais, parece ser ainda alvo de preconceito por parte da sociedade, que as percebem sem dignidade, em nada importando para a sociedade (Silva, 2018).

Justifica-se, assim, o presente estudo, uma vez entendendo-se a educação como direito humano e, ainda, no caso das pessoas privadas de liberdade, como importante estratégia no processo de ressocialização (Andriola, 2013; Gomes; Santaiana, 2021; Duarte, 2013; Oliveira, 2017; Picolotto, 2022; Silva, 2018; Silva, 2022). É preciso compreender como está sendo ofertada a educação no sistema prisional em nosso meio, sobretudo diante dos dados que apontam apenas pequena parcela da população carcerária, tanto no Brasil (16%), quanto no RS (14%) estar matriculada em atividades escolares (Brasil, 2022b).

Diante disso, emergem nossas questões de pesquisa, quais sejam: Qual a situação da oferta da educação para pessoas privadas de liberdade nas unidades penais no Estado do Rio Grande do Sul? Quais são as possibilidades e desafios da educação no contexto do sistema prisional? A educação contribui para a reintegração e ressocialização das pessoas privadas de liberdade no sistema social?

O objetivo geral do estudo foi investigar a oferta da educação nas unidades prisionais do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a percepção dos agentes penitenciários acerca da contribuição da educação às pessoas privadas de liberdade. Os objetivos específicos foram: a) pesquisar em documentos oficiais e na literatura especializada dados acerca da população carcerária para situar o contexto da pesquisa; b) delimitar definições e finalidades da educação prisional; c) analisar a forma com que a educação prisional é ofertada, promovida e organizada nas unidades penais participantes da pesquisa; e, d) investigar a percepção de agentes penitenciários acerca das possibilidades e desafios da educação prisional frente à reintegração social dos sujeitos privados de liberdade.

## **1. OS DIREITOS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece diversas garantias dos direitos fundamentais inalienáveis das pessoas nos diferentes países signatários. Este documento representa um marco para a elaboração de políticas, ações e avanços no que se refere aos direitos humanos. Em seu artigo 22, ressalta: “todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização [...] dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade” (Declaração (...), 1948). Nesse sentido, a Declaração reforça que esses direitos abrangem todas as pessoas cidadãs no contexto do seu país. A partir disso, começa a emergir uma nova perspectiva de respeito pelos direitos humanos e solidariedade entre povos, incluindo os direitos dos condenados em privação de liberdade no sistema penitenciário. Quanto à educação, direito de todo ser humano:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (Declaração, 1948).

A educação como direito de todos é considerada especialmente na sua importância para o desenvolvimento pleno e integral da pessoa, além de representar um instrumento de garantia e efetivação da paz, do respeito e das liberdades. Nesse mesmo caminho, a Constituição Federal do Brasil, de 1988, apontou os direitos sociais referentes “à educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Sob a perspectiva dos direitos humanos no sistema carcerário e na educação destinada à população prisional, em 2006, foi publicado o documento “*Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras*”, parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Governo Japonês, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Justiça. A proposta transpõe “os muros das prisões brasileiras desde uma perspectiva de afirmação dos direitos fundamentais de todos os cidadãos e de inclusão das pessoas privadas de liberdade na realização cotidiana

daquele ideal de democracia” (UNESCO, 2006, p. 07). O documento é referência para a constituição de uma política pública integrada tanto no que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA) quanto à Administração Penitenciária. Aponta, ainda, para a necessidade de formação docente diferenciada, no sentido de que saibam “lidar com as características do público e do ambiente em que trabalham” (UNESCO, 2006, p. 18).

Outro aspecto destacado neste documento é a dimensão pedagógica do processo de ensino neste local específico, questão discutida em diversos seminários nacionais realizados entre 2005 e 2006, inclusive no Estado do Rio Grande do Sul. Estes debates repercutiram na instituição das “*Diretrizes Nacionais para oferta de educação nos estabelecimentos penais*”, no ano de 2009 (Brasil, 2009). Dois anos após, em 2011, foi instaurado o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional (PEESP) (Brasil, 2011a) cinco anos após a publicação do projeto “*Educando para a Liberdade*”, o qual se constitui como “referência fundamental na construção de uma política pública integrada e cooperativa, marco para um novo paradigma de ação, tanto no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, quanto no âmbito da administração penitenciária” (UNESCO, 2006, p. 07).

O Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que instituiu o *Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional* (Brasil, 2011b) estabelece propósitos e metas da educação prisional no Brasil, que são:

I - Executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal; II - Incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação; III- contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional; IV - Fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional; V - Promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais; e VI - Viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional. Parágrafo único. Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais (Brasil, 2011b).

Este texto integra o artigo 4º do referido Plano Estratégico que explicita as intenções do governo brasileiro de incentivar os estados a realizarem seus planos estaduais para a educação prisional, fortalecer a educação nos estabelecimentos

penais, promover condições de oferta de cursos e oportunidades de formação e continuidade nos estudos (Brasil, 2011b). Nesta direção, foi instituída a Lei nº 13.163/2015 (Brasil, 2015), que estabelece a educação nas penitenciárias em nível médio, garantindo a oferta de cursos referentes às etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de cursos profissionalizantes. Esta legislação também define as funções do censo penitenciário, responsável por apurar:

I – O nível de escolaridade dos presos e das presas; II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos; III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos; IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo; e, V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas (Brasil, 2015).

Percebe-se que, a partir da Declaração dos Direitos Humanos (Declaração (...), 1948), o Brasil foi instituindo novas legislações e documentos que regulamentam a educação prisional em seu território. O censo penitenciário assume o compromisso de analisar estatisticamente os aspectos de escolaridade, cursos existentes nas unidades, bibliotecas e materiais de estudos, entre outras questões pertinentes. A partir destes aspectos levantados pelo censo, é possível analisar as reais condições enfrentadas, os desafios de escolaridade dos presos e presas, implementar novas formações e garantir que o direito à educação seja de fato atendido.

### **1.1.A Educação Prisional No Rio Grande Do Sul**

No contexto do nosso Estado, a educação prisional ocorre por meio da parceria entre a Secretaria de Educação (SEDUC) e a Superintendência de Assuntos Penitenciários (SUSEPE). O Estado é o responsável pela oferta de ensino através da implantação de Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) e Turmas Descentralizadas. Também compete ao Estado realizar exames de certificação através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) que, a partir de 2017, certifica o Ensino Médio e Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL). Portanto, através da NEEJA e do ENCCEJA a população prisional do Estado pode ter acesso à possibilidade de continuar sua educação nas etapas do Ensino Fundamental e Médio,



conseguindo finalizar seus estudos da Educação Básica e, se houver oferta, realizar cursos profissionalizantes.

Atualmente, está em vigência o *Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional*, entre os anos de 2021 e 2024 (Rio Grande Do Sul, 2021a). Destacam-se como principais objetivos a qualidade de acesso e a permanência à educação prisional e à educação básica, programas de acesso à leitura, levantamento de dados e a formação aos educadores e profissionais envolvidos. Visam, ainda, “desenvolver estratégias para a ampliação da oferta de atividades educacionais formais e não formais no sistema prisional do Estado, bem como ampliar a oferta de educação à distância, com diferentes métodos, para o sistema prisional” (Rio Grande Do Sul, 2021a, p. 05). Para a efetivação das metas e finalidades da educação do sistema prisional do Estado do RS, o referido Plano propõe uma atuação “[...] colaborativa e compartilhada, contemplando metas e estratégias que envolvam atribuições, competências, fluxos, procedimentos, qualificação e estruturação de base de dados” (Rio Grande Do Sul, 2021a, p. 11).

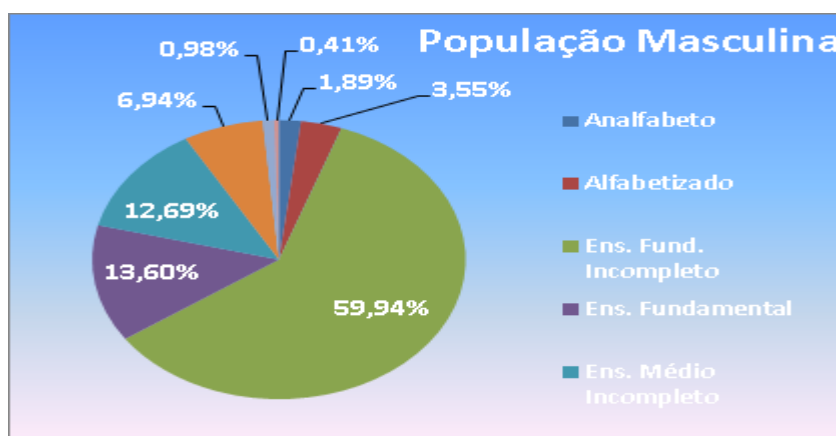
Evidencia-se aí a preocupação por parte do governo do Estado e demais instituições e Secretarias envolvidas no que se refere à ampliação da oferta de programas e oportunidades formativas, qualificação dos educadores e profissionais e mapeamento de dados, dentre outros objetivos. Assim, pode-se compreender que a educação no sistema prisional, embora direito amplamente discutido e regulamentado, precisa ainda romper preconceitos e barreiras institucionais para que seja efetivamente implementada. Segundo o documento:

A educação formal no Rio Grande do Sul é desenvolvida por meio dos NEEJA (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos) Prisionais, estabelecimentos de ensino que atendem pessoas presas nas unidades prisionais do Estado. Esse espaço educativo está fundamentado a partir de uma concepção educacional libertadora, participativa, dialógica e comprometida com a educação como um direito de todos os cidadãos. Propõe a construção do conhecimento numa perspectiva de inclusão e de transformação social, referenciada na realidade histórica, em interação com os diferentes saberes, para oportunizar a integração e socialização do educando (Rio Grande Do Sul, 2021a, p. 13).

A concepção que permeia o referido Plano (Rio Grande Do Sul, 2021a) e as ações e metas nele previstas baseiam-se na garantia dos direitos humanos a todas as pessoas, dentre eles, o direito à educação no sistema prisional. As perspectivas da inclusão de todos e todas, participação, diálogo, transformação e crítica tornam mais

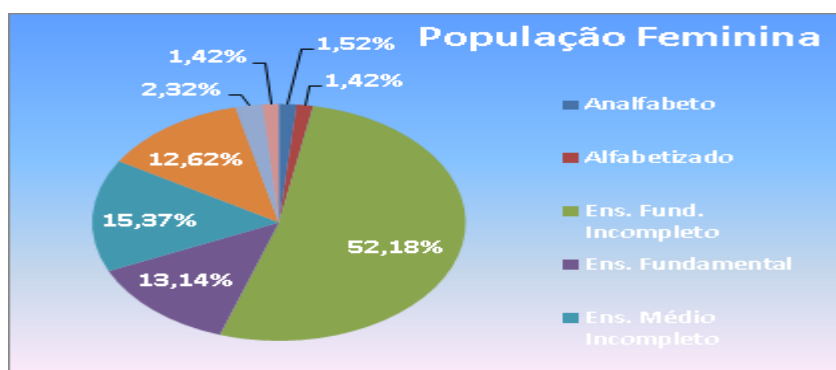
potente a educação desenvolvida nestes contextos. Esse olhar inclusivo pode contribuir para que os sujeitos voltem à socialização e integração junto à sociedade, recebendo novas oportunidades de vida, trabalho e estudo. Segundo dados da SUSEPE (Rio Grande do Sul, 2021b), é grande o percentual de pessoas privadas de liberdade com ensino fundamental incompleto (Fig. 1, Fig. 2)<sup>1</sup>.

**Fig. 1 – Escolarização da população prisional masculina**



Fonte: [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=32&cod\\_conteudo=116](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=32&cod_conteudo=116).

**Fig. 2 – Escolarização da população prisional feminina**



Fonte: [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=32&cod\\_conteudo=116](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=32&cod_conteudo=116).

<sup>1</sup> Ressalta-se que os percentuais omitidos na legenda de ambos os gráficos não foram divulgados pela SUSEPE.



A partir da análise dos números evidenciados nos Gráficos 1 e 2, verifica-se que quase 60% da população carcerária masculina possui Ensino Fundamental incompleto. Além disso, 1,89% dos indivíduos são analfabetos. Da mesma forma que a população masculina, o público feminino também possui Ensino Fundamental incompleto em sua maioria, representando um total de 52,18%. Esse índice, embora menor quando em comparação com a porcentagem da população masculina, que não possui Ensino Fundamental completo, também mostra que o processo de escolarização dos indivíduos privados de liberdade limita-se, principalmente, ao Ensino Fundamental, na maioria das vezes, indicando a não conclusão da Educação Básica. Estes dados atestam a importância da educação no sistema penitenciário do Estado do RS que, em 2021, contabilizou “57 unidades prisionais com educação formal no Estado, sendo 26 NEEJA Prisionais e 31 Turmas Descentralizadas em funcionamento” (Rio Grande Do Sul, 2021b, p. 14).

A partir das legislações e documentos brasileiros e estaduais que orientam a educação no sistema prisional mencionados, percebe-se o quanto garantir o direito à educação para todos é importante, dentro e fora dos presídios. Não se pode negar que, no contexto das unidades prisionais, as práticas e oportunidades educativas mostram-se extremamente necessárias para que indivíduos privados de liberdade possam ser reconhecidos como cidadãos de direitos, com oportunidades de continuidade dos estudos e de qualificação para o trabalho. Concordamos com Juniélen Gomes e Rochele Santaiana (2021, p. 16) quando dizem, a partir de sua pesquisa com mulheres reclusas:

Acreditamos que a educação prisional é o principal caminho para uma ressocialização eficaz, uma vez que, ao ampliar os seus repertórios e as suas oportunidades de vida, proporciona modificações internas, não apenas superficiais. [...] Também a consideramos ser indispensável para a valorização e compreensão dos sujeitos reclusos, porque traz em suas linguagens “autoconhecimentos flutuantes”.

Tais modificações internas, subjetivas, que implicam o resgate da cidadania e da autoestima, permitem que uma nova perspectiva de vida seja vislumbrada pela população carcerária, estimulada, entre outros aspectos, pela educação. A educação prisional é apontada por diversos estudos (Andriola, 2013; Gomes; Santaiana, 2021;

Duarte, 2013; Oliveira, 2017; Picolotto, 2022; Silva, 2018; Silva, 2022) como importante via para o processo de ressocialização.

A qualificação dos profissionais que atuam no sistema prisional é de crucial importância, em especial, no que tange à educação, às figuras de pedagogos(as) e demais educadores. Inúmeras legislações ressaltam a necessidade de conceder formações específicas relacionadas ao sistema prisional e à educação ofertada nestes espaços que, segundo diversas pesquisas, ainda é insuficiente para atender às demandas deste público (Andriola, 2013; Oliveira, 2017; Silva, 2022). Assim, “contribuir para a criação de uma escola prisional que potencialize estudantes a extraírem o melhor de si e abale as estruturas durante o processo de aprendizagem pode ser um dos maiores desafios para o educador carcerário” (Gomes; Santaiana, 2021, p. 15).

Desse modo, deve ser observada a realidade na qual as pessoas privadas de liberdade estão inseridas, realizando-se trabalho educativo na perspectiva da cidadania e da reinserção na sociedade. A ressocialização torna-se muito mais viável tendo-se como aliada a educação prisional, embora outros fatores, e não apenas a educação, estejam envolvidos nesse complexo processo (Andriola, 2013; Oliveira, 2017; Silva, 2022).

## **2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

### **2.1. Delineamento**

Trata-se de estudo descritivo-exploratório, qualitativo, organizado na forma de estudo de caso, cujos dados foram coletados por meio de questionário e trabalhados a partir da análise de conteúdo. Entendemos que:

a) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (Ludke; André, 2013, p. 47).

Quanto aos objetivos, o presente estudo possui caráter descritivo-exploratório. Descritivo, pois pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, e exploratório, porque busca familiaridade com o problema com vistas a investigá-lo de forma mais acurada (Ludke; André, 2013). Já o estudo de caso pode ser “[...] caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social” (Fonseca, 2002, p. 33), tem como foco “a investigação de fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (Yin, 2005, p. 19). Na presente pesquisa, interroga-se como a educação é desenvolvida em instituições prisionais no contexto do Estado do RS.

A análise de conteúdo (Bardin, 2009), método de análise de dados desta investigação, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens a partir de deduções lógicas e justificadas. A análise de conteúdo organiza-se em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados: inferência e interpretação. No presente estudo, na pré-análise, procedeu-se à seleção e organização do material coletado, constituindo-se o *corpus* de análise; na exploração do material, fez-se uma leitura flutuante e, posteriormente, “a categorização das respostas dos participantes em temas cuja frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2009, p.105). Foram, assim, construídas categorias de análise a partir do critério semântico, buscando-se identificar e agrupar os núcleos de sentido emergentes no *corpus* da análise, consoante os objetivos da investigação. Na discussão dos resultados foram realizadas inferências e interpretações a partir da condensação e do destaque das informações, culminando em interpretações inferenciais à luz do referencial teórico estudado (Bardin, 2009).

## 2.2 Participantes, Instrumentos e Procedimentos

Os participantes do estudo foram agentes penitenciários, que são os profissionais responsáveis pelas funções de controle e vigilância dos sujeitos privados de liberdade, realizando atividades de inspeção das celas, verificação da segurança

do local e controle da entrada e saída, dentre outras atribuições (Ribeiro *et al.*, 2019). O primeiro contato com os agentes penitenciários foi feito através das redes sociais e por *e-mail*, a fim de compartilhar com os possíveis participantes a proposta deste estudo e convidá-los a responder ao questionário da pesquisa. A seleção dos municípios e dos agentes se deu por conveniência, ou seja, pela facilidade de acesso a estes profissionais, que fazem parte da rede social da pesquisadora.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado, com questões abertas, enviado aos participantes via *e-mail* e retornado à pesquisadora por esse mesmo meio eletrônico, elaborado a fim de responder às questões da investigação. Dessa forma, foi possível conhecer e analisar a situação da oferta da educação nas unidades prisionais investigadas, bem como a percepção dos agentes penitenciários acerca do papel da educação no processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

Levando em consideração as diferentes localizações das unidades penais no Estado, os questionários foram produzidos no *Microsoft Word* e encaminhados por *e-mail*, após ciência dos objetivos da pesquisa, o aceite dos participantes e sua assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram enviados 10 *e-mails*, convidando 10 participantes, integrantes de 5 unidades prisionais do RS, retornado 6 questionários de participantes que integram três unidades prisionais, designadas aqui ficticiamente como unidades X, Y e Z. Os participantes aceitaram participar do estudo e retornaram assinado via correio eletrônico o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### 2.3 Questões Éticas

Os procedimentos da pesquisa seguiram todas as orientações e exigências éticas de pesquisas envolvendo seres humanos. Foi assegurado total sigilo dos participantes e de suas identidades pessoais e profissionais, além de sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, demonstrando ciência e concordância em participar do estudo. A identidade tanto dos locais das unidades prisionais quanto dos participantes foi protegida, utilizando-se letras aleatórias do

alfabeto, tais como X, Y, Z para as unidades prisionais A, B, C, D, E e F para os participantes.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados encontrados a partir das respostas dos participantes às questões organizadas no questionário. Inicialmente, contextualizamos os participantes e as unidades prisionais do Estado do RS das quais participam, trazendo dados como sexo, idade, tempo de atuação como agente penitenciário e formação profissional dos sujeitos, buscando-se resguardar suas identidades. Posteriormente, apresentamos as Categorias de Análise que emergiram do material que compôs o *corpus* da investigação.

Os participantes A e D atuam na unidade prisional X, que tem em torno de 1.600 apenados e mais de 142 agentes penitenciários. Os participantes B e E atuam na unidade prisional Y, que tem um número aproximado de 545 apenados. Os participantes C e F atuam na unidade prisional Z, que tem mais de 1.800 apenados e cerca de 150 policiais militares que atuam no local.

O participante A, do sexo masculino, tem 39 anos de idade e atua há 5 anos como agente penitenciário da unidade prisional X. Sua formação em nível superior é na área da educação. A participante B, do sexo feminino, tem 60 anos e atua há apenas 2 meses na gestão da unidade prisional Y. Tem pós-graduação na área da educação. O participante C, do sexo masculino, tem 41 anos e atua há 8 anos como agente penitenciário da unidade prisional Z, tendo graduação na área da segurança pública. O participante D, também do sexo masculino, integra a unidade prisional X, tem 47 anos, 21 destes dedicados à função de agente penitenciário. Tem diversos cursos de pós-graduação na área da gestão pública e segurança. O participante E, do sexo masculino, tem 47 anos e trabalha há 2 anos como agente penitenciário da unidade prisional Y, tendo formação como soldado na polícia militar do Estado do RS. O participante F, do sexo masculino, tem 36 anos de idade e 5 como policial militar, com experiência nesta área e integra a unidade prisional Z.

### 4. CATEGORIA 1 - OFERTA DA EDUCAÇÃO PRISIONAL

Em relação à oferta da educação prisional na Unidade penitenciária em que atuam, bem como à forma como são estruturados os cursos ofertados, todos os participantes mencionaram a oferta de Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais – e Ensino Médio através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos por meio do Núcleo Estadual da EJA (NEEJA), vinculado à Secretaria de Educação do Estado em suas unidades prisionais. A oferta ocorre de forma presencial ou como Educação a Distância (EaD).

Conforme estabelece o artigo 8º da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, que institui as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (Brasil, 2010):

As ações, projetos e programas governamentais destinados a EJA, incluindo o provimento de materiais didáticos e escolares, apoio pedagógico, alimentação e saúde dos estudantes, contemplarão as instituições e programas educacionais dos estabelecimentos penais (Brasil, 2010, p. 03).

Levando em consideração a baixa escolaridade de um número significativo da população carcerária (Rio Grande do Sul, 2021b), a oferta da modalidade da EJA para a conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio consiste em importante política educacional para o sistema penitenciário. Para atendê-la, a referida Resolução estimula o desenvolvimento e a adoção de “novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD)” (Brasil, 2010, p. 03).

## **5. CATEGORIA 2 – CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PRISIONAL ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**

Das respostas ao questionário, emergiu essa categoria de análise, envolvendo as possíveis contribuições que essas oportunidades educativas oferecem às pessoas privadas de liberdade. Além disso, investigou-se se os participantes compreendem que a oferta desses cursos pode favorecer oportunidades de reinserção social e

trabalho. As respostas que constituíram essa categoria de análise estão apresentadas no Quadro 1, mantidas as grafias originais dos documentos analisados.

### **Quadro 1 – Educação no sistema prisional: possibilidades**

Participante A – “A educação prisional oferece a oportunidade de, enquanto privados de liberdade, seguirem seus estudos, para quando ganharem a liberdade, estejam melhores preparados para o mercado de trabalho”. “A educação é fundamental para qualquer pessoa. E quando em apenados é mais importante ainda, pois possibilita maiores oportunidades quando estão mais qualificados”.
Participante B – “Além do conhecimento é ofertado a remissão, ou seja, a cada três dias de presença na aula, o aluno adquire um dia de remissão”. “Acredito que seja uma oportunidade a mais, um aluno com ensino médio, ou com ensino fundamental completo, terá com certeza um <i>plus</i> a mais na sua condição de ex-penitenciário”.
Participante C – “Além da conclusão do ensino básico e de uma oportunidade de sair com mais recursos para sua reinserção na sociedade, a cada 12h de frequência escolar, abate um dia de pena”. O Estado dá oportunidade para que os reeducandos que em sua grande maioria tem um grau de instrução baixa aproveitem o tempo de cumprimento de pena para terminarem seus estudos básicos e com isso tenham mais chances de conseguirem entrar no mercado formal de trabalho”.
Participante D – “A cada 12 horas de aula o apenado ganha 1 dia remido. Existem também projetos de incentivo aos estudos e leitura ao qual o apenado recebe uma obra literária e tem 30 dias para ler e fazer um resumo, sendo o conteúdo considerado satisfatório pelo professor, o mesmo ganha 4 dias remidos. Esta unidade tem uma população carcerária de aproximadamente 1550 presos; destes, 184 estão matriculados no ensino fundamental e médio. Já aconteceram também alguns cursos de capacitação profissional como curso de elétrica e garçom, aumentando as possibilidades de uma reinserção social mais positiva para o egresso do sistema prisional”. Ao sair após o cumprimento da sua pena com um currículo escolar significativamente melhorado e qualificado, este teria melhores condições de uma reinserção social com mais chances no mercado de trabalho. Porém, ao analisarmos as complexidades da vida em sociedade, sabemos que na realidade não funciona



exatamente dessa maneira por conta de vários fatores exteriores como, por exemplo, o preconceito por parte da sociedade, muitas vezes, dos próprios presos, amigos, que não veem com bons olhos o “bandido” que quer virar cidadão, o ambiente familiar, social e cultural, além das condições financeiras do apenado. A educação é a base fundamental para um futuro melhor do indivíduo egresso do sistema prisional, mas por si só não é garantia de êxito nesse processo de reinserção social e empregabilidade”.

Participante E – “Um meio de diminuir a pena. Pois não há interesse por parte da maioria dos apenados”. “Não tenho contato direto com a seção de educação, minha função é mais voltada às escoltas”.

Participante F – “Benefício de remissão de pena”. Pouquíssima oportunidade de ressocialização”.

**Fonte:** Elaboração das autoras (2023).

Percebe-se que uma das maiores contribuições apresentadas pela oferta da Educação no sistema prisional diz respeito à redução dos dias de privação de liberdade previstos nas penas. Segundo propõe o artigo 126 da Lei de Execução Penal, Lei 7.210/84, é assegurado o direito de remição de “1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias” (Brasil, 1984). Dessa forma, é proposta uma alternativa para incentivar maior engajamento na matrícula da EJA e cursos profissionais, resultando na elevação da escolaridade e redução da possibilidade de reincidência criminal. Além da redução geralmente computada, de um dia a cada 12 horas de frequência nas atividades educativas, o participante D acrescenta a possibilidade de leitura e resumo de obras literárias e a remição de 4 dias da pena.

A SUSEPE/RS e o Departamento de tratamento penal instituíram a Ordem de Serviço nº 01/2021/DTP (Rio Grande do Sul, 2021c), que regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais por meio de práticas sociais, educativas e de leitura. O documento estabelece, no que diz respeito à “leitura de obras literárias, terão direito à remição de pena as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária,

independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados” (Rio Grande do Sul, 2021c, p. 06). É garantido acesso à leitura de diferentes autores e obras, fomentando o desenvolvimento das capacidades de compreensão textual, alfabetização e letramento.

Enquanto os participantes E e F, policiais militares, percebem as contribuições da educação prisional apenas em relação à diminuição da pena, os demais participantes sinalizam também, além da remição da pena, a oportunidade de dar seguimento aos estudos da formação básica, facilitando a conquista de empregos no mercado de trabalho no momento de reinserção social. Sobre a possibilidade de empregabilidade futura e maior probabilidade de ingressar no mercado de trabalho, os participantes ressaltam que a qualificação e finalização do Ensino Fundamental e Médio contribuem de forma mais efetiva à conquista de um emprego, quer durante o período de cumprimento da pena, quer no retorno à liberdade em sociedade.

Conforme ressalta Silva (2022), os direitos referentes à educação e ao trabalho são considerados como essenciais no processo de reinserção social e profissional no mercado de trabalho. Isso se justifica porque, segundo a autora, “estes são direitos diretamente relacionados ao desenvolvimento humano e que afetam de maneira substancial as escolhas de vida das pessoas, além de serem determinantes ao processo ressocializador” (Silva, 2022, p. 06). Portanto, o acesso à educação no meio carcerário é condição fundamental, embora não exclusiva, para o alcance de oportunidades futuras de trabalho e renda.

É interessante notar o entendimento do participante D, que argumenta que embora essa qualificação seja importante para garantia de melhores condições sociais e de trabalho, nem sempre o quesito qualificação garantirá que essa reinserção social e empregabilidade de fato aconteçam. Dentre os motivos para tal, o participante D cita o preconceito que é frequente nas relações vivenciadas por aqueles que passaram pela privação de liberdade. Mesmo com a discriminação que esses sujeitos poderão encarar em sua reinserção social, não se pode negar que a formação profissional pode ser uma forte aliada na busca por uma profissão e emprego, além de provocar um sentimento de realização pessoal. Atrelado a outros problemas, o egresso do sistema prisional pode enfrentar inúmeras dificuldades na tentativa de

ingressar no mercado de trabalho, como aponta a pesquisa de Azevedo, Souza e Nogueira (2022, p. 20):

A inserção ocupacional desses indivíduos está relacionada ao acúmulo de várias desvantagens, como a desvantagem educacional, econômica, de moradia, familiar, de experiência profissional, além da situação de preconceito que essas pessoas têm que enfrentar no seu dia a dia.

## 6. CATEGORIA 3 – DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Com relação aos desafios e necessidades de melhoria no sistema educacional ofertado nos estabelecimentos penais, as respostas dos participantes permitiram elaborar a categoria de análise 3, organizadas no Quadro 2 para melhor visualização, apresentado a seguir:

### Quadro 2 – Desafios da educação no sistema prisional

Participante A – “Em nossa penitenciária os desafios se apresentam mais na procura dos apenados pelo ensino”. “Acredito que o Estado deveria estar mais presente na questão da educação dentro das penitenciárias, possibilitando mais qualificação às pessoas presas”.
Participante B – “O espaço da sala de aula já é um espaço que contribui para que eles saiam um pouco da cela, o contato com o professor traz o contato de fora do presídio, esse professor mostra novas oportunidades, motiva, mostra que é possível uma mudança de comportamento”. “É importante as reflexões, buscar uma nova oportunidade, incentivar o gosto pela liberdade, fazer que eles percebam que a liberdade de ir e vir é fundamental para a vida do ser humano”.
Participante C – “O maior desafio encontrado é fazer com que tenham motivação e persistência em frequentar as aulas”. “Fazer com que entendam que com qualificação eles podem ter oportunidades como qualquer outra pessoa, não precisando voltar a praticar outros crimes”.

Participante D – “Com um olhar de agente de segurança público, vejo o núcleo educacional desta unidade como atuante e organizado, porém os desafios são rotineiros e constantes, ora por conta da estrutura física dos estabelecimentos, que muitas vezes não são devidamente apropriados para acomodar alunos e professores, ora por falta de efetivo funcional por parte da casa prisional que garanta a devida segurança dos profissionais da educação”. Projetos de estabelecimentos prisionais com áreas próprias reservadas a educação; -Uma maior discussão das autoridades e sociedade civil, sobre políticas públicas relacionadas a educação prisional, que vise colocar em destaque o incentivo e a importância da educação dentro do sistema prisional dando ênfase ao indivíduo que realmente queira uma nova oportunidade de ser considerado cidadão; -Políticas públicas que visem mais projetos de absorção da mão de obra egressa do sistema carcerário”.
Participante E – “Desinteresse por parte dos apenados”. “Maior investimento do Estado e Cursos profissionalizantes”.
Participante F – “Desafio de fazer o apenado realmente aprender algo e não estar ali somente pela remissão da pena”. “Interesse do próprio detento”.

**Fonte:** Elaboração das autoras (2023).

Acerca dos desafios apresentados pela educação prisional no contexto de atuação dos profissionais, as análises destacam a ausência de uma estrutura física adequada nos estabelecimentos e a falta de efetivo funcional por parte da unidade prisional voltada à garantia da segurança dos profissionais da educação durante as atividades educativas, fatores que limitam a oferta da educação prisional e a qualidade do trabalho educativo.

Estudo que analisou as políticas de educação prisional em uma região do RS, abrangendo os presídios das localidades de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Sarandi, Palmeira das Missões, Carazinho e Frederico Westphalen, encontrou que “não há uma igualdade da implantação da educação em todos os presídios, face vários fatores, como falta de estrutura, ausência de professores, avarias nos estabelecimentos prisionais, entre outros” (Picolotto, 2022, p. 179).

Os participantes A, C, E e F mencionam também a falta de motivação e desinteresse pela participação nas oportunidades formativas ofertadas.

Considerando-se a falta de infraestrutura adequada, recursos, materiais didáticos, formação docente na área e demais investimentos necessários para a qualidade da educação ofertada, e ainda, o preconceito enfrentado no mercado de trabalho pelos egressos do sistema prisional, é possível compreender a complexidade dessa questão. Outros estudos, no entanto, apontam para outra direção, percebendo “um grande interesse de continuidade dos estudos por parte dos sentenciados, uma vez que a procura é maior que o número de vagas disponíveis” (Gomes; Santaiana, 2021, p. 07). Também para Leandro Barra, advogado especialista em Direito Penal, em entrevista concedida a Daniel Amaro, do Jornal Edição do Brasil, em 16 de dezembro de 2022,

É muito raro a pessoa não querer participar das atividades. No entanto, as unidades não têm condições de atender a demanda. Várias solicitações são feitas e há presos aguardando por uma vaga. Isso poderia ser resolvido por meio de parcerias privadas e com escolas para integralizar o preso. Gráficos do CNJ apontam que a maioria não tem sequer o primeiro grau e menos de 1% chega ao nível superior (Brasil (...), 2022).

Dentre os aspectos mencionados pelos participantes para a superação dos desafios relacionados à educação prisional, o participante A destacou a maior participação do Estado nessa área, enquanto o participante D pontuou a necessidade de novos projetos voltados à educação prisional, além de políticas públicas que incentivem e valorizem o desenvolvimento educacional no contexto prisional. Também mencionou a execução de novas iniciativas voltadas à inserção dos ex-detentos no mercado de trabalho. O participante E enfatiza demanda de maior investimento no setor educativo e profissionalizante enquanto os participantes C e F apontaram a exigência de alcançar maior interesse dos sujeitos em participar das ações, conscientizando-os de que a educação representa o acesso a outras oportunidades de vida e trabalho.

O Plano Estadual para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional (Rio Grande Do Sul, 2021a) aponta como principal fonte de financiamento para as atividades educacionais a SEDUC, “responsável pelo provimento de recursos humanos aos NEEJA Prisionais e suas Turmas Descentralizadas, bem como pelo fornecimento de mobiliário a esses estabelecimentos” (Rio Grande Do Sul, 2021a, p. 07). Portanto, os profissionais da educação, sua formação continuada, e os materiais

necessários ao ensino na EJA cabem à SEDUC, devendo esta fornecer os recursos que assegurem a qualidade desses processos.

Os participantes A, B, D, E e F ainda acrescentaram outros aspectos não abordados pelas questões anteriores. Os participantes A e F relataram sobre a importância da educação escolar ofertada obrigatoriamente às crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade na Educação Básica como forma de prevenção à criminalidade. Este aspecto relaciona-se à pesquisa de Cerqueira (2016, p. 32) “a prevenção ao crime nasce com o correto processo de orientação, supervisão e educação, desde a primeira infância, e segue com o oferecimento de boas oportunidades educacionais no ensino básico”. Tais oportunidades podem possibilitar “[...] aos jovens melhores inserções no mercado de trabalho” (Cerqueira, 2016, p. 33). Nesse sentido, a execução de políticas públicas e programas educacionais desde a primeira etapa da Educação Básica articuladas às demais áreas sociais é relevante para fornecer condições de formação, trabalho e melhoria de vida.

A participante B destacou que o público mais assíduo e presente nas aulas é a população carcerária masculina que, segundo ela, apresenta maior necessidade de extrapolar o espaço limitado das celas. Pode haver aqui um aspecto de estereótipo de gênero na percepção da participante, o que necessitaria mais aprofundada investigação. O participante D enfatizou a importância da educação no sistema prisional para evitar a reincidência criminal, já que “a implantação efetiva da educação, dentro do sistema prisional, como política pública, contribui para a redução da criminalidade e reincidência, colaborando na ressocialização dos apenados” (Picolotto, 2022, p. 176). Por fim, o participante E acrescentou a necessidade da oferta de cursos de graduação e de formação profissional para viabilizar o ingresso dos apenados com maiores oportunidades no mercado de trabalho.

É importante discutir que a educação prisional necessita ser mais visibilizada nos cursos de graduação e pós-graduação ofertados em nível estadual e nacional, visto que essa área exige saberes e práticas condizentes com o contexto prisional. Os cursos superiores de graduação em Pedagogia e as demais licenciaturas devem incluir nos seus currículos a formação para a EJA e, nela, a educação prisional (Brasil, 2009). Nossa formação acadêmica pouco ou nada prepara para atuar nessa área tão específica (Andriola, 2013). Inscreve-se aqui a responsabilidade da universidade

pública na efetivação da educação prisional (Oliveira, 2017). Reitera-se a necessidade do fomento a novos programas educacionais que estimulem não só a alfabetização, mas também o desenvolvimento da cidadania das pessoas privadas de liberdade. Ou seja,

Não basta recrutar professores, é preciso acima de qualquer coisa, traçar o perfil do docente ideal para trabalhar no sistema prisional. Seus valores devem estar de acordo com os ideais de ressocialização, precisam estar motivados para esse tipo de trabalho e acima de tudo, deve ter condições emocionais para lidar com as demandas dos alunos/detentos. — Então, diante de um perfil que exige tantas qualidades, torna-se um ato de negligência, tanto para os alunos como para os professores despreparados, delegar uma sala de aula para um docente sem as reais condições para o trabalho (Duarte, 2013, p. 30).

Ao realizar uma busca nos sites de Universidades públicas do Estado do RS, notou-se a inexistência da temática da educação no sistema prisional nos Cursos de Graduação na área da educação e licenciaturas. Quanto à pós-graduação, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) ofertam cursos de especialização na área de Direitos Humanos e cidadania sem relação direta, contudo, com a educação nas unidades penitenciárias. Foram localizados cursos de especialização específicos sobre essa modalidade educacional apenas em instituições privadas, realizado de modo presencial ou por meio de Educação a Distância (EaD). Na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), os cursos de licenciatura em pedagogia apenas tangenciam a questão da educação no sistema prisional em um componente curricular acerca de Educação e Direitos Humanos, não aparecendo na grade curricular esta especificidade no campo da EJA, por exemplo (UERGS, 2021).

Esses achados reforçam a relevância do estudo aprofundado dessa área para a atuação de docentes e demais profissionais da educação no sistema prisional. Para isso, faz-se necessário oportunizar cursos de formação inicial e continuada que permitam constituir profissionais capacitados para trabalhar no sistema prisional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



A educação no sistema prisional é um direito previsto aos sujeitos privados de liberdade, importante contribuição à sua ressocialização. Nas três unidades prisionais investigadas, observou-se a oferta da educação na modalidade EJA, como previsto pela legislação vigente. A oferta da educação nas prisões é percebida pelos participantes como positiva sobretudo em relação à remição da pena e às possibilidades de reinserção social por meio da qualificação para o trabalho e possibilidade de geração de renda. Dentre os desafios apontados pelos participantes da pesquisa, a falta de recursos materiais e humanos para o desenvolvimento das ações educativas bem como para a garantia da segurança dos profissionais da educação nas unidades prisionais foram destacados. Houve menção também da falta de interesse dos apenados pela educação.

Os resultados aqui encontrados não podem ser generalizados, pois se trata de estudo exploratório desenvolvido com poucos participantes em três das diversas unidades prisionais existentes no Estado. O estudo, portanto, tem limitações, uma vez que foram investigadas apenas três unidades prisionais, com participação de apenas seis agentes penitenciários. Estudos mais abrangentes, envolvendo maior número de participantes, além de agentes penitenciários, tais como educadores, educadoras e equipes gestoras dos sistemas prisionais, bem como estudantes inseridos na educação prisional e os não inseridos, são recomendados.

De toda forma, buscamos contribuir com a discussão acerca da educação no sistema prisional, reiterando a necessidade de que as políticas sejam conhecidas pelos profissionais da educação e desenvolvidos cursos de formação inicial e continuada específicos a esta demanda tão importante, mas ainda invisibilizada em nossa sociedade, inclusive, nos meios acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n.38, v.38, n. 1 p. 179–204, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/h7PxbDjyRGDzDhMQrWQKSty/>. Acesso em: 10 jun. 2023

AZEVEDO, D. A.; SOUZA, R. L.; NOGUEIRA, A. Silva. Redes pessoais de egressos do sistema prisional e inserção no mercado de trabalho. **Mediações**, Londrina, v. 27,

n. 2, p. 1-23, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/19f18fe9c27ade209408f57e1524d15f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031972>. Acesso em: 09 mai.2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. [(Constituição de 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Resolução N° 03, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança pública: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf/view>. Acesso em 18 jun.2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, DF: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm) Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.433/2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, DF: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm). Acesso em: 18 jun.2023.

BRASIL. **Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015**. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Brasília, DF: Secretaria-Geral: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm). Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL se mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo.

**Instituto Humanitas Unisinos**, [S. l.], 2020. Disponível em:

<https://ihu.unisinos.br/categorias/596466-brasil-se-mantem-como-3-pais-com-maior-populacao-carceraria-do-mundo>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN. **Gov.br**, Brasília, 2022a. Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL tem a terceira maior população carcerária do mundo. **Jornal Edição do Brasil**, Belo Horizonte, 16 dez. 2022b. Disponível em:

<https://edicaodobrasil.com.br/2022/12/16/brasil-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CERQUEIRA, D. R. de C. Trajetórias individuais, criminalidade e o papel da educação. **Boletim de Análise Político-Institucional**, [S. l.], n. 9, jan./jun. 2016.

Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7105/1/BAPI\\_n9\\_trajet%c3%b3rias.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7105/1/BAPI_n9_trajet%c3%b3rias.pdf). Acesso em: 20 abr. 2023.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela

Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. **UNICEF**, [S. l.], 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 ago. 2022.

DUARTE, A. Celas de Aula. O exercício da professoralidade nos presídios. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 7., 2013, Uberaba. Anais [...].

Uberaba: Universidade de Uberaba, 2013. Disponível em:

<https://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/view/696> Acesso em: 12 maio 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf> Acesso em: 9 mai. 2023.

GOMES, J. C. V.; SANTAIANA, R. da S. **A educação prisional: sob as lentes do conhecimento, identidade e cultura da mulher reclusa**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Bagé. Disponível em:

<https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2182>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2.ed.

Rio de Janeiro: EPU, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibedu/pesquisa-em-educacao-i-a/> Acesso em: 18 jun. 2023.

OLIVEIRA, C. B. F. **A educação nas prisões brasileiras: A responsabilidade da universidade pública**. 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31102017-111844/pt-br.php>  
Acesso em: 18 jun. 2023.

PICOLOTTO, P. A educação como política pública para ressocialização de apenados. **Pro Lege Vigilanda**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 171-187, 2022. Disponível em: <https://periodicos.esbm.org.br/index.php/prolegevigilanda/article/view/14/9>. Acesso em: 06 maio 2023.

RIBEIRO, L. M. L. *et al.* Agentes penitenciários aprisionados em suas redes? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 34, n. 101, e3410115, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3410115/2019>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional - 2021 - 2024**. Porto Alegre: Superintendência dos Serviços Penitenciários, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/politicas-penitenciarias/politica-nacional-de-educacao/rs.pdf> Acesso em: 13 ago. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. SUSEPE. **Estatísticas**: faixa etária. 2021b. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=32&cod\\_conteudo=116](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=32&cod_conteudo=116)  
Acesso em: 10 maio 2023.

RIO GRANDE DO SUL. SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS **Ordem de Serviço Nº 01/2021/DTP**. Regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais por meio de práticas sociais, educativas e de leitura. Rio Grande do Sul: Superintendência dos Serviços Penitenciários: Departamento De Tratamento Penal, 2021c.

SILVA, E. R. **Educação prisional**: preconceito, potencial (de) formativo e ressocialização. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/efaa58cc-b0aa-4c7a-bcc9-9288d44b4003/content> Acesso em: 24 nov. 2022.

SILVA, T. P. da. **Ressocialização no sistema prisional**: o direito à educação e ao trabalho na 3ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul, no período 2018-2020. 2022. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5480/1/SILVA.pdf>. Acesso em: 09 maio 2023.

UNESCO. **Educando para a Liberdade**: Trajetória, Debates e Proposições de um Projeto para a Educação nas Prisões Brasileiras. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: Governo Japonês: Ministério da Educação: Ministério da Justiça, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Pedagogia: Licenciatura - PPC**. Porto Alegre: Uergs, 2021. Disponível em: <https://uergs.edu.br/upload/arquivos/202302/03150357-ppc-pedagogia-2021-final-28-11-2022.pdf>. Acesso em: dez.2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

### **Sobre as autoras**

#### **Martha Giudice Narvaz**

Professora adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) desde 2010, é Líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Gênero e Diversidades" e membro do Grupo "Arte, Corpo enSigno" (PPGEDU/Artes Visuais/UFRGS). Desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão com enfoque interdisciplinar, articulando Estudos de gênero, Psicologia Social e Comunitária, Arte e Educação. Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, corpo, sexualidade, mulheres, feminismos, violências, direitos humanos, diversidades, modos de subjetivação, práticas antirracistas e feministas. Integra a Linha de Pesquisa Artes em Contextos Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uergs. Investiga os processos de resistência feminina aos cânones patriarcais e colonialistas de gênero, com especial interesse nas artes e ativismos como dispositivos pedagógicos de invenção de outros modos de performar o feminino.

#### **Alessandra Cilene Abramowicz Machado**

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, atualmente em busca de novas oportunidades de trabalho residindo na cidade de Bagé-RS.